

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PRISIONAL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

MAPPING BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON MENTAL HEALTH IN THE PRISON SYSTEM: A SCOPING REVIEW

MAPEO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA SOBRE SALUD MENTAL EN EL SISTEMA PENITENCIARIO: UNA REVISIÓN EXPLORATORIA

Luiz Gustavo Alves Lima¹
Elzivania Maria Costa Araújo²
Maria Erivaní da Silva Wu³
André da Silva Lima⁴
Camila Lima Ribeiro⁵
Emmanuela Suzy Medeiros⁶
Erica Carneiro Ricarte⁷

RESUMO: Objetivo: analisar a literatura recente acerca da saúde mental das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro. Método: trata-se de uma revisão de escopo, conduzida segundo as orientações do Joanna Briggs Institute (JBI), no qual mapeou-se os estudos nacionais disponíveis nos portais da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed e Portal de Periódicos da Capes, que foram selecionados a partir do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). Resultados e discussão: identificou-se 40 estudos que foram analisados quanto ao delineamento metodológico, distribuição geográfica, ano de publicação e subtemas abordados, observando-se uma predominância de estudos transversais (60%), voltados principalmente à identificação de sintomas e prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida. Observou-se concentração das publicações nas regiões Sul e Sudeste do país, bem como crescimento do número de estudos após 2020, incluindo análises sobre os impactos da pandemia da covid-19. Considerações finais: evidenciou-se a necessidade de pesquisas com metodologias mais robustas, incluindo ensaios clínicos e estudos longitudinais, voltadas à avaliação de práticas psicossociais e terapêuticas, de modo que o presente estudo apresentou como limitação o fato de ter considerado apenas os estudos brasileiros publicados em língua portuguesa.

Palavras-chave: Prisioneiros. Prisões. Transtornos Mentais.

¹Discente do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte.

²Discente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte.

³Discente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte

⁴Graduado em Psicologia pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte

⁵Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

⁶Doutora em Educação pela Faculdade Norte do Paraná, Docente do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UNIFAP).

⁷Doutoranda em Cuidados Clínicos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ABSTRACT Objective: To analyze recent literature on the mental health of people deprived of liberty in the Brazilian prison system. Method: This is a scoping review, conducted according to the guidelines of the Joanna Briggs Institute (JBI), in which national studies available in the portals of the Virtual Health Library (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, and the CAPES Periodicals Portal were mapped. These studies were selected based on the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). Results and discussion: Forty studies were identified and analyzed regarding methodological design, geographic distribution, year of publication, and subtopics addressed. A predominance of cross-sectional studies (60%) was observed, mainly focused on the identification of symptoms and prevalence of depression, anxiety, and suicidal ideation. A concentration of publications was observed in the South and Southeast regions of the country, as well as an increase in the number of studies after 2020, including analyses on the impacts of the COVID-19 pandemic. Final considerations: the need for research with more robust methodologies, including clinical trials and longitudinal studies, focused on the evaluation of psychosocial and therapeutic practices was evident, so that the present study presented as a limitation the fact that it only considered Brazilian studies published in Portuguese.

Keywords: Prisoners. Prisons. Mental Disorders.

RESUMEN: Objetivo: Analizar la literatura reciente sobre la salud mental de las personas privadas de libertad en el sistema penitenciario brasileño. Método: Se trata de una revisión exploratoria, realizada según las directrices del Instituto Joanna Briggs (JBI), en la que se mapearon estudios nacionales disponibles en los portales de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed y el Portal de Periódicas de CAPES. Estos estudios fueron seleccionados con base en la extensión Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). Resultados y discusión: Se identificaron y analizaron cuarenta estudios con respecto al diseño metodológico, la distribución geográfica, el año de publicación y los subtemas abordados. Se observó un predominio de estudios transversales (60%), centrados principalmente en la identificación de síntomas y prevalencia de depresión, ansiedad e ideación suicida. Se observó una concentración de publicaciones en las regiones sur y sureste del país, así como un aumento en el número de estudios después de 2020, incluyendo análisis sobre el impacto de la pandemia de COVID-19. Consideraciones finales: Se evidenció la necesidad de investigaciones con metodologías más robustas, incluyendo ensayos clínicos y estudios longitudinales, centradas en la evaluación de prácticas psicosociales y terapéuticas. Por lo tanto, el presente estudio presentó como limitación el hecho de que solo consideró estudios brasileños publicados en portugués.

Palabras clave: Prisioneros. Prisiones. Trastornos Mentales.

INTRODUÇÃO

A assistência integral à saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) constitui uma das responsabilidades dos sistemas de saúde, uma competência capaz de condicionar diretamente o alcance da finalidade da pena privativa de liberdade e, consequentemente, mediar

a efetividade do processo de ressocialização e a garantia dos direitos humanos fundamentais do condenado (Guerrero AVP, et al., 2022).

Outrossim, em que pese a responsabilidade legal e o imperativo ético da garantia do direito à saúde das PPL, esses indivíduos ainda são afetados por lacunas assistenciais importantes, de modo que, muitas vezes, o processo de reintegração social é prejudicado pelo nível de vulnerabilização em saúde a que estão sujeitos, um panorama que se amplia quando se trata de saúde mental, cujos impactos se somam às condições da privação de liberdade, influenciando diretamente no óbice assistencial que permeia esses contextos (Melgaço AM; Torres RH, 2020).

Isto porque, na noção atual dos sistemas democráticos, ancorada sobretudo na defesa dos princípios fundamentais e dos direitos humanos, a função da pena privativa de liberdade passa a ser dissociada da sua finalidade meramente retributiva, alinhando-se ao imperativo de reinserir de forma efetiva os indivíduos à sociedade, promovendo-lhes a devida cidadania, através do acesso aos seus direitos individuais e coletivos não atingidos pela pena (Lima LGA, et al., 2024).

Nessa linha, os cuidados em saúde mental às PPL, sob a tutela do Estado, passam a constituir uma das responsabilidades do sistema de saúde, a fim de se possibilitar a ressocialização efetiva e resguardar a saúde dos condenados e os seus demais direitos não atingidos pela pena, um processo que demanda uma atenção ampliada, a fim de se permitir a reintegração social, evitando-se o surgimento de agravos psicológicos (Melgaço AM; Torres RH, 2020).

Diante desse contexto, apesar de o ordenamento jurídico brasileiro prever políticas públicas voltadas à garantia do acesso à saúde no sistema prisional, como é o caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), a garantia dos direitos humanos nesses contextos ainda se mostra distante, de modo que aspectos como a superlotação, a insalubridade, o isolamento e a violência contribuem diretamente para o fortalecimento dessa iniquidade, superdimensionando a necessidade de atenção a fim de superá-la (Melgaço AM; Torres RH, 2020).

Um cenário de escassez que se estende ao contexto das produções científicas nacionais, cujo número reduzido de investigações revela a invisibilização da temática e, consequentemente, a pouca visualização das PPL como sujeitos de direito e acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que evidencia, principalmente, a necessidade de estudos que

sistematizem e identifiquem as reais lacunas e demandas na produção científica existente, a fim de se apontar as prioridades e lacunas de pesquisa na literatura nacional.

Diante disso, com vistas à sistematização do conhecimento existente e de pesquisas desenvolvidas no âmbito nacional, o presente estudo tem como objetivo analisar a literatura recente acerca da saúde mental das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de escopo, conduzida com vistas ao mapeamento da literatura científica brasileira recente acerca da saúde mental no sistema prisional, na qual buscou-se fornecer uma visão geral desse campo de pesquisa, bem como as possíveis lacunas. Dessa forma, a análise foi realizada seguindo as orientações para o protocolo de revisões de escopo do Joanna Briggs Institute (JBI) (Peters MD, et al., 2022).

O processo de seleção dos estudos foi conduzido a partir de uma busca nos portais e bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed. Para tanto, a pergunta de pesquisa da presente revisão foi construída a partir do acrônimo PCC (P: População, C: Conceito, C: Contexto, adotando-se, conseqüentemente, a estratégia de busca ilustrada no Quadro 1, na qual combinou-se Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), cruzados pelos operadores booleanos “AND” e “OR”.

4

Quadro 1 – Estratégia de busca adotada. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2025

Portal/Base de dados	Estratégia de Busca
BVS, Portal de Periódicos Capes e SciELO	((Prisão) OR (Presídio) OR (“Pessoas Privadas de Liberdade”) OR (“Instituições Penais”) OR (“Estabelecimento Penal”) OR (Detentos)) AND ((“Saúde Mental”) OR (“Transtornos Mentais”) OR (“Psicopatologia”) OR (“Estresse Psicológico”) OR (“Depressão”) OR (“Ansiedade”) OR (“Esquizofrenia”) OR (“Suicídio”) OR (“Comportamento Suicida”) OR (“Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias”))
PubMed	((<i>Prison</i>) OR (<i>Prison</i>) OR (“ <i>Penal Institutions</i> ”) OR (<i>Inmates</i>)) AND ((“ <i>Mental Health</i> ”) OR (“ <i>Mental Disorders</i> ”) OR (“ <i>Psychopathology</i> ”) OR (“ <i>Psychological Stress</i> ”) OR (“ <i>Depression</i> ”) OR (“ <i>Anxiety</i> ”) OR (“ <i>Schizophrenia</i> ”) OR (“ <i>Suicide</i> ”) OR (“ <i>Substance-Related Disorders</i> ”))

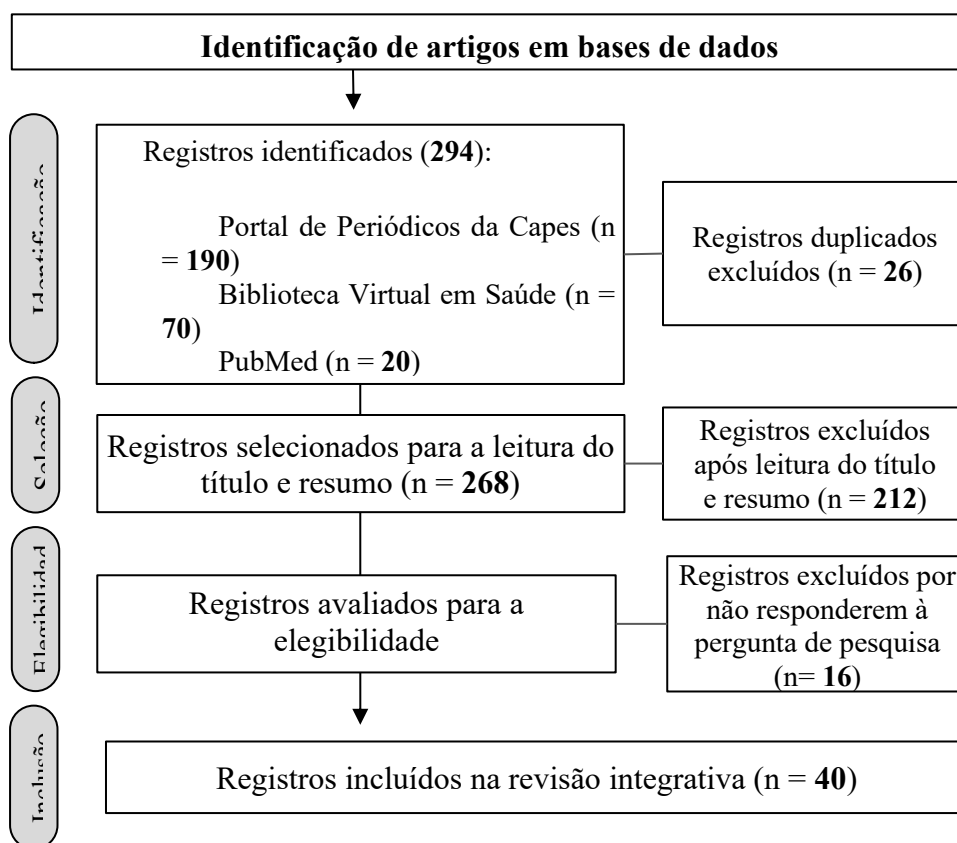
Fonte: Lima LGA, et al., 2026.

Dessa forma, buscou-se mapear os estudos disponíveis na literatura nacional acerca da saúde mental das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro, estabelecendo-se como critérios de inclusão os estudos nacionais, publicados em língua portuguesa, dos últimos

dez anos (de 2015 a julho de 2025), ademais, excluiu-se da busca os estudos duplicados e que não guardassem relação com a temática, a exemplo dos estudos voltados aos profissionais do sistema prisional e públicos de estabelecimentos prisionais alternativos, como aqueles destinados ao cumprimento de medida socioeducativa ou hospitais de custódia.

Sendo assim, a busca foi realizada no dia 30 de julho de 2025, de modo que o processo de seleção dos estudos foi realizado conforme o *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR), seguindo as etapas de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão, conforme ilustrado pela Figura 1 (Tricco AC, et al., 2018).

Figura 1 – Fluxograma de Busca. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2025



Fonte: Lima LGA, et al., 2026.

RESULTADOS

A partir da busca nas bases de dados elencadas, identificou-se um total de 294 registros publicados nas revistas nacionais, dos quais 26 estavam duplicados e foram removidos, restando 268, que foram avaliados a partir da leitura do título e do resumo, restando 56 que foram lidos na íntegra, removendo-se 16 que não respondiam à pergunta de pesquisa.

Sendo assim, evidenciou-se um corpus de 40 estudos que tiveram como temática principal a saúde mental das pessoas privadas de liberdade nas penitenciárias brasileiras, cujos aspectos relacionados ao desenho metodológico, distribuição geográfica e ano de publicação foram detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos identificados na revisão de escopo. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2025

	Nº	%
1. Desenho metodológico:		
Estudo transversal	24	60
Revisão narrativa	4	10
Revisão integrativa	5	12,5
Relato de experiência	3	7,5
Estudo documental	2	5
Ensaio teórico	1	2,5
Revisão de escopo	1	2,5
2. Distribuição geográfica:		
Alagoas	2	5
Minas Gerais	8	20
Paraná	5	12,5
São Paulo	4	10
Rio Grande do Sul	4	10
Rio de Janeiro	2	5
Bahia	2	5
Espírito Santo	2	5
Pernambuco	2	5
Rio Grande do Norte	2	5
Santa Catarina	2	5
Distrito Federal	1	2,5
Mato Grosso do Sul	1	2,5
Pará	1	2,5

Paraíba	1	2,5
Roraima	1	2,5
3. Ano de publicação:		
2024	9	22,5
2023	4	10
2022	7	17,5
2021	6	15
2020	7	17,5
2019	2	5
2017	2	5
2016	2	5
2015	1	2,5

Fonte: Lima LGA, et al., 2026.

Assim, observou-se que, em relação ao local de realização dos estudos, a maioria foi do estado de Minas Gerais, isto é, 20% (n = 8) dos estudos, seguido do estado do Paraná 12,5% (n = 5) e São Paulo 10% (n = 4). De modo que em relação ao ano de publicação, a maioria dos estudos foi publicada em 2024, em uma porcentagem de 22,5% (n = 9), 10% em 2023 (n = 4), 17,5% em 2022 (n = 7), 15% em 2021 (n = 6) e 17,5% em 2020 (n = 7). O que revela um aumento recente na quantidade de estudos relacionados à temática a partir de 2020.

Com relação ao desenho metodológico dos estudos observou-se que a maioria, isto é, 60% (n = 24) dos estudos foram de delineamento transversal, seguido das revisões narrativas, em 10% (n = 4) e integrativas 12,5% (n = 5). Além de 3 (7,5%) relatos de experiência, 2 (5%) estudos documentais, 1 (2,5%) ensaio teórico e 1 (2,5%) revisão de escopo.

Dessa forma, também se caracterizou a temática dos estudos identificados, com vistas à análise dos focos e das lacunas de pesquisa na literatura recente sobre saúde mental nos estabelecimentos prisionais, um detalhamento que é descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Caracterização temática dos estudos. Juazeiro do Norte, CE, Brasil, 2025

Tema central:	Quantidade Método:	por	Autores e ano:
---------------	-----------------------	-----	----------------

1. Avaliação da saúde mental (n = 20)

1.1. Sintomas de depressão	Estudos transversais (n = 5)	12,5%	(Maria MLS e Costa RF, 2020), (Santos MMD, Barros CRS), (Andreoli SB, 2019), (Constantino P, Assis SG, Pinto LW, 2016) (Assis CL, Vitória EAR, 2016) (Santos BF, et al., 2015)
1.2. Qualidade de vida e saúde mental	Estudos transversais (n = 5)	12,5%	(Aquino LC, et al., 2022) (Oliveira RS, Somensi LB, Locatelli C, 2022) (Bispo JF, et al., 2021) (Teixeira EH, et al., 2021) (Santos MVD, et al., 2017)
1.3. Ideação suicida	Estudos transversais (n = 4)	10%	(Kaled M, 2024) (Farias M, et al., 2024) (Belarmino V, et al., 2021) (Ranuzi C, et al., 2020)
1.4. Sintomas de ansiedade e depressão	Estudos transversais (n = 2) Revisões integrativas (n = 2)	10%	(Dourado NR, et al., 2024) (Santos TQC, et al., 2023) (Laurindo, et al., 2022) ⁽²³⁾ (Laurindo CR, Leite ICG, Cruz DT, et al., 2022)
1.5. Sintomas de ansiedade	Estudos transversais (n = 1)	2,5%	(Santos M, et al., 2020)
1.6. Fatores associados aos Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias	Estudos transversais (n = 1)	2,5%	(Baccon WC, et al., 2022)

2. Efeitos da covid-19 e outras análises reflexivas (n = 7)

2.1. Efeitos da pandemia da covid-19 para a saúde mental no sistema prisional	Revisões narrativas (n = 2) Estudos transversais (n = 1)	7,5%	(Adjuto RNP, Borges MS, 2024) (Zatera A, et al., 2021) (Carvalho SG, Santos ABS, Santos IM, et al., 2020)
2.2. Saúde mental e psicotrópicos	Ensaio teórico (n = 1)	2,5%	(Queiroz CCDFS, et al., 2023)
2.3. Análise da ocorrência de suicídios	Estudos documentais (n = 1)	2,5%	(Chies LAB, 2022)
2.4. Sofrimento psicológico em mulheres privadas de liberdade	Revisões narrativas (n = 1)	2,5%	(Teixeira BM, Graciano LN, Rufato FD, 2024)
2.5. Fatores associados à depressão	Revisões integrativas (n = 1)	2,5%	(Bahiano MDA, Faro A, 2022)

3. Análise do perfil psicofarmacêutico (n = 4)

3.1 Perfil de uso de medicamentos	Revisões narrativas (n = 1) Revisões integrativas (n = 1) Estudos documentais (n = 1) Estudos transversais (n = 1)	10%	(Carvalho MTVF, et al., 2024) (Bezerra AMF, et al., 2024) (Marega G, Shima VTB, Teston APM, 2020) (Feitosa RMM, et al., 2019)
4. Análise dos impactos da privação de liberdade à saúde mental (n = 4)			
4.1. Impactos da privação de liberdade em mulheres	Estudos transversais (n = 3) Revisões integrativas (n = 1)	10%	(Silva AC, Alvarenga EC, 2024) (Ferreira AF, et al., 2023) (Schultz ÁLV, Dias MTG, Dotta RM, 2020) (Sampaio MCGT, Freire MM, Nunes KG, 2020)
5. Intervenções terapêuticas (n = 4)			
5.1 Relato de intervenções	Relatos de experiência (n = 3)	7,5%	(Oliveira PA, Martin MAF, 2024) (Romanini M, et al., 2021) (Pinto FM, et al., 2017)
5.2. Análise dos impactos de uma intervenção psicoterapêutica	Estudos transversais (n = 1)	2,5%	(Santos LS, et al., 2023)
6. Mapeamento da literatura disponível (n = 1)			
6.1 Mapeamento das práticas de cuidado	Revisões de escopo (n = 1)	2,5%	(Silva LVC, et al., 2021)

Fonte: Lima LGA, et al., 2026.

Dessa forma, a maioria dos estudos abordou a avaliação da saúde mental das PPL, totalizando 50% (n = 20) das pesquisas. Essa avaliação concentrou-se principalmente na prevalência e correlação dos sintomas de depressão (n = 5), seguida da análise da qualidade de vida e saúde mental das PPL (n = 5), ideação suicida (n = 4), sintomas de ansiedade e depressão (n = 4), sintomas de ansiedade (n = 1) e fatores associados aos Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (TRUS) (n = 1).

Além disso, outros estudos realizaram análises reflexivas sobre o processo de encarceramento (n = 7), investigaram o perfil psicofarmacêutico (n = 4) e os impactos da privação de liberdade à saúde mental (n = 4). Por fim, foram descritas análises e relatos de intervenções terapêuticas conduzidas nas unidades prisionais (n = 3) e o mapeamento da literatura disponível sobre o tema (n = 1).

DISCUSSÃO

Constantemente associado à complexidade e à precariedade institucionalizada, o panorama assistencial de saúde nos contextos de privação de liberdade constitui um desafio, cujas causas advêm de um conjunto de fatores intersetoriais, como é o caso da falta de infraestrutura prisional, higiene, alimentação inadequada, bem como a violência e a superlotação, que em conjunto, somam-se à própria privação de liberdade resultando em um contexto de desumanização e degradação do indivíduo.

Um panorama que desvela a problemática de saúde e justiça implicada nesses contextos e que corrobora as altas taxas de transtornos e agravos em saúde mental, bem como, os números negativos de morbimortalidade, consideravelmente superiores à população em geral, uma característica que, ao reforçar o contexto de vulnerabilização o qual essas pessoas são submetidas, retroalimentam as iniquidades e a privação do direito à saúde, desvelando a invisibilidade associada à temática (Lima LGA, et al., 2024).

Avaliação crítica da produção nacional:

Em que pese o maior crescimento das evidências a partir de 2020, a literatura científica brasileira ainda reúne poucos relatos sobre o campo da saúde mental no sistema prisional nacional. Uma lacuna que, ao ser observada sob o ponto de vista geográfico, também desvela diferenças consideráveis, sobretudo nas Regiões Norte e Centro-oeste, que apresentam uma quantidade baixa ou inexistente de evidências, em contraponto aos estados da Região Sul e Sudeste, que concentram a maioria dos estudos identificados.

Um aspecto cuja concentração geográfica nas regiões Sul e Sudeste é capaz de revelar também desigualdades, que vão desde a infraestrutura prisional e a possibilidade da condução de investigações científicas em tais contextos, como também as desigualdades referentes ao financiamento e a infraestrutura acadêmica e de pesquisa nesses recortes geográficos.

Dessa maneira, a investigação científica nacional em torno da temática saúde mental no sistema prisional ainda se revela escassa e pontual, apresentando, em sua maioria, estudos voltados à avaliação e à identificação dos sintomas e da prevalência de transtornos em saúde mental, sobretudo da depressão e da ansiedade, com achados que apontam para números que variam entre 69,23% e 38,46%, para depressão e ansiedade, ou até mesmo 65,7% e 75,8% no caso específico das mulheres (Santos M, et al., 2020).

Desta feita, no recorte de tempo analisado, observa-se uma quantidade significativa de estudos voltados à análise da figura da mulher no processo de encarceramento, de modo que esses estudos revelam não somente uma predisposição maior desse grupo aos impactos, como também aspectos que agravam o sofrimento psicológico associado ao processo de encarceramento, como a responsabilidade familiar e conjugal, bem como as intersecções do tema com as questões de saúde materno-infantil (Sampaio MCGT; Freire MM; Nunes KG, 2020; Silva AC; Alvarenga E, 2024; Ferreira AF, et al., 2023; Schultz ÁLV; Dias MTG; Dotta RM, 2020).

Além disso, identifica-se no foco das publicações recentes, não somente a análise indireta, como também a menção aos impactos da pandemia da covid-19 para as PPL nos estudos, de modo que, além da reconhecida vulnerabilidade epidemiológica a qual os apenados encontram-se submetidos, as investigações buscaram analisar de quais modos esse processo influenciou na saúde mental desses indivíduos, a exemplo do surgimento de sentimentos negativos e de transtornos mentais (Zatera A, et al., 2021).

Um processo que foi diretamente intensificado por aspectos como o agravamento do isolamento e das atividades dentro dos ambientes prisionais, como é o caso das atividades laborais, educacionais e recreativas, cuja privação, ao se somarem ao medo e às incertezas influíram diretamente para a intensificação dos impactos à saúde mental das PPL (Adjuto RNP, Borges MS, 2024; Zatera A, et al., 2021).

No que tange aos desenhos metodológicos adotados pelas pesquisas observa-se uma predominância de mais da metade (60%), de estudos transversais, focados principalmente na identificação e descrição das prevalências de transtornos mentais, principalmente ansiedade e depressão. Além da não identificação, no corpus de 40 estudos, de pesquisas com abordagens longitudinais e ou de intervenção, um aspecto que impacta negativamente na possibilidade de se estabelecer relações de causalidade, correlação e de se avaliar a efetividade de estratégias terapêuticas voltadas à promoção da saúde desse grupo populacional.

Análise dos sintomas de depressão e ansiedade nas prisões:

A maioria dos estudos publicados teve como objetivo quantificar a prevalência de sintomas de depressão e ansiedade, principalmente através de metodologias transversais, com abordagens descritivas, de modo que o maior enfoque temático se deu à identificação dos sintomas de depressão (Maria MLS, Costa RF, 2020; Santos MMD, Barros CRS, Andreoli SB,

2019; Constantino P, Assis SG, Pinto LW; Assis CL, Vitória EAR, 2016; Santos BF, 2015), ansiedade (Santos M, et al., 2020) ou o levantamento combinado de ambos os transtornos (Maria MLS, Costa RF, 2020; Dourado NR, et al., 2024; Santos TQC, et al., 2023), além da identificação da prevalência de ideação suicida (Kaled M, 2024; Farias M, et al., 2024; Belarmino V, et al., 2021; Ranuzi C, et al., 2020) e de TRUS (Baccon WC, et al., 2022).

Um aspecto que reforça a noção de centralidade de abordagens biologicistas nesses contextos, e que revelam a escassez de abordagens que contemplem os determinantes e condicionantes em saúde, como é caso de aspectos raciais, espirituais e de gênero, que podem integrar os aspectos relacionados à saúde mental dos apenados.

Assim, apesar da importância da investigação dos sintomas desses transtornos para o campo de estudo, ainda se observa uma preocupação que se encontra muito limitada aos aspectos diagnósticos e biologicistas desses transtornos (Bahiano MDA, Faro A, 2022), o que reafirma a lacuna temática em torno da investigação da saúde mental sob o ponto de vista da integralidade, utilizando-se de elementos como a interseccionalidade de raça, gênero, espiritualidade, processos subjetivos e relações sociais na saúde mental.

Um aspecto que também se associou às lacunas relativas aos desenhos metodológicos dos estudos, que se apresentaram, em sua maioria, revestidos por abordagens descritivas e exploratórias, não se identificando nenhum ensaio clínico ou estudo longitudinal na busca, o que se somou a uma presença reduzida de intervenções terapêuticas documentadas,⁽⁴²⁻⁴³⁻⁴⁴⁾ um aspecto que, ao ser comparado com resultado de outros estudos semelhantes, a nível internacional, revela a dissonância na quantidade de relatos de intervenções em saúde mental no contexto prisional (Hidayati NO, et al., 2023).

Ademais, outros estudos também buscaram explorar a qualidade de vida das PPL, principalmente a partir de abordagens descritivas (Aquino LC, et al., 2022; Oliveira RS, Somensi LB, Locatelli C, 2022; Bispo JF, et al., 2021; Teixeira EH, et al., 2021; Santos MVD, et al., 2017), seja analisando o sofrimento psicológico gerado pela privação de liberdade (Teixeira BM; Graciano LN; Rufato FD, 2024) ou os efeitos da pandemia da covid-19 para a saúde mental (Adjuto RNP; Borges MS, 2024; Zatera A, et al., 2021; Carvalho SG; Santos ABS; Santos IM, 2020).

Somado a isso, destaca-se os estudos voltados à análise do perfil psicofarmacêutico das PPL, que buscaram principalmente relatar o perfil de uso e de prescrições nas unidades prisionais e apontar os impactos da falta de acesso à psicofarmacoterapia para a promoção do

bem-estar e da saúde mental e consequentemente para a reintegração social das PPL (Queiroz CCDFS, 2023; Bezerra AMF, et al., 2024; Marega G; Shima VTB; Teston APM, 2020; Feitosa RMM, et al., 2019). Exemplo disso é o estudo de Carvalho MTVF, et al. (2024), que ao analisar uma amostra de 363 mulheres privadas de liberdade, identificou uma prevalência de 70% no uso de psicofármacos prescritos, relacionados sobretudo a diagnósticos de ansiedade e transtornos de humor.

Assim, diante do estado de coisas inconstitucional o qual as PPL são submetidas no contexto prisional, os sentimentos negativos e transtornos em saúde mental são capazes de resultar em desfechos mais complexos, como é o caso de um aumento da morbimortalidade e do suicídio, ou dos pensamentos suicidas.

Suicídios nos contextos prisionais:

No rol temático da avaliação da saúde mental das PPL, a identificação da prevalência e de níveis de ideação suicida também figura como um aspecto explorado na literatura nacional, de modo que, em sua maioria, o objetivo dos estudos está em avaliar os comportamentos ou as ideações suicidas das PPL, seja durante a vida (Kaled M, 2024) ou no período de privação da liberdade (Farias M, et al., 2024; Belarmino V, et al., 2021; Ranuzi, et al., 2020), de modo que, paralelamente, um dos estudos buscou explorar 14 casos de suicídios sob custódia prisional a partir da análise de acórdãos judiciais do Estado do Rio Grande do Sul, discutindo-se aspectos e fatores situacionais e pessoais relacionados aos casos (Chies LAB, 2022).

Sendo assim, a maioria dos estudos identificados buscou, não somente descrever a prevalência e os níveis da ideação suicida nas PPL, como também analisar a influência de aspectos demográficos, psicológicos e sociais nesses números. A exemplo do estudo de Ranuzi C, et al. (2020), conduzido com 228 PPL, que identificou a correlação entre aspectos como ser do sexo feminino, não ter companheiro(a), ser réu primário(a) e usar medicação controlada como aspectos relacionados a uma maior prevalência de ideação suicida, de modo que tais pensamentos aumentam cerca de 7,2 vezes no sexo feminino.

Na mesma linha, o estudo de Belarmino V, et al. (2021) identificou um risco de suicídio equivalente a 21,3%, sendo que 7,9% é moderado ou alto, observando como fatores de risco aspectos como ser do sexo feminino, ter religião, transtorno mental pré-existente, a falta de prática de atividades físicas no presídio e o uso de drogas.

Intervenções psicossociais

Estudos de intervenção não foram identificados na presente revisão de escopo, de modo que observa-se uma considerável lacuna quanto à avaliação científica das possíveis intervenções voltadas à saúde mental no contexto prisional brasileiro. Dessa maneira, a maioria dos estudos que trataram sobre práticas desenvolvidas com as PPL teve como finalidade relatar as experiências a partir da condução de tais atividades.

Assim, os autores relataram práticas a partir de ações como rodas de terapia integrativa (Santos et al., 2023), atuação psicodramática (Oliveira PA, Martin MAF, et al., 2024) e trocas de experiências (Oliveira PA, Martin MAF, et al., 2024; Romanini M, et al., 2021; Pinto FM, et al., 2017), de modo que tais atuações foram conduzidas sobretudo a partir de atividades de extensão universitária, tendo como enfoque principal a construção de reflexões e debates em torno da aplicabilidade e da relevância de tais práticas.

Além de que, observa-se no trabalho de Silva LS, et al. (2021) a única revisão de escopo voltada para a saúde mental das PPL na literatura nacional, de modo que o trabalho teve como objetivo mapear e identificar práticas de cuidado em saúde mental para esse público, no entanto, conduzindo a análise a partir da consideração de estudos sem um recorte geográfico específico.

Potencialidades e limitações do estudo

De modo geral, identifica-se uma escassez na quantidade de estudos relacionados à saúde mental das pessoas privadas de liberdade no Brasil, de modo que os poucos estudos identificados na literatura nacional ainda são muito associados ao levantamento e à descrição da prevalência e fatores associados à depressão e à ansiedade, um contexto que revela a escassez de estudos de intervenção, isto é, que proponham e testem soluções para as diversas iniquidades e o estado de coisas inconstitucional que permeia a realidade desse cenário.

Dessa forma, identifica-se como limitações do presente estudo o fato da busca ter sido realizada apenas com artigos publicados em língua portuguesa, o que pode ter eliminado do mapeamento os estudos produzidos nacionalmente, porém publicados em revistas internacionais, em outras línguas. Ademais, identificando-se a importância das revisões de escopo para o mapeamento temático e a identificação de lacunas na literatura científica, o presente estudo observou os principais temas de pesquisa contemplados nas publicações nacionais, além das demais características de tais investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ponto de vista do estado de coisas inconstitucional nas penitenciárias nacionais, o presente estudo observou os principais temas de pesquisa contemplados nas publicações nacionais, além das demais características de tais investigações, evidenciando a escassez e a fragmentação da produção científica nacional acerca da saúde mental das pessoas privadas de liberdade, ressaltando uma predominância de pesquisas descritivas voltadas à identificação de sintomas e prevalência de transtornos como depressão, ansiedade e ideação suicida, em que pese um leve crescimento das publicações a partir de 2020.

Constata-se ainda que a literatura científica concentra-se geograficamente nas regiões Sul e Sudeste, com pouca ou nenhuma evidência nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de uma lacuna significativa no que diz respeito aos estudos de intervenção e abordagens mais abrangentes, capazes de integrar fatores sociais, raciais, de gênero e espirituais no cuidado à saúde mental desse público.

Dessa forma, identifica-se como limitações do presente estudo o fato da busca ter sido realizada apenas com artigos publicados em língua portuguesa, o que pode ter eliminado do mapeamento os estudos produzidos nacionalmente, porém publicados em revistas internacionais, em outras línguas.

REFERÊNCIAS

ADJUTO RNP, BORGES MS. COVID-19 no cárcere: vivências de homens no superisolamento. REME – Revista Mineira de Enfermagem, 2024; 28: e40840.

AQUINO LC, et al. Autoavaliação ruim do estado de saúde: prevalência e fatores associados em mulheres privadas de liberdade. Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem, 2022; 26: e20210275.

ASSIS CL, VITÓRIA EAR. A prevalência de sintomas depressivos em mulheres encarceradas do município de Pimenta Bueno-RO. Revista Sociais e Humanas, 2016; 29(2): 8-20.

BACCON WC, et al. Factors associated with risk related to the use of psychoactive substances by men deprived of their liberty. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2022; 30: e3669.

BAHIANO MDA, FARO A. Depressão em pessoas sob aprisionamento no sistema carcerário: revisão integrativa. Psicologia USP, 2022; 33: e210159.

BELARMINO V, et al. Risco de suicídio em uma população prisioneira do Brasil. Diaphora, 2021; 10(1): 83-97.

BISPO JF, et al. Perfil de saúde física e mental de homens e mulheres privados de liberdade: um estudo comparativo. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2021; 13(9): e8532.

CARVALHO MTFV, et al. Perfil das mulheres usuárias de psicotrópicos prescritos em uma unidade prisional de Minas Gerais. *Texto & Contexto Enfermagem*, 2024; 33: e20240002.

CARVALHO SG, et al. The pandemic in prison: interventions and overisolation. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020; 25: 3493-3502.

CHIES LAB. Suicídios em prisões: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. *Dilemas*, 2022; 15(1): 129-151.

CONSTANTINO P, et al. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016; 21: 2089-2100.

DOURADO NR, et al. Fatores associados à depressão e ansiedade em mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2024; 17(3): e5516.

FEITOSA RMM, et al. Caracterização dos diagnósticos e psicotrópicos das pessoas privadas de liberdade. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 2019; 87(25): e202.

FARIAS M, et al. Tentativa de suicídio em mulheres privadas de liberdade em unidade prisional. *Cogitare Enfermagem*, 2024; 29: e92132.

FERREIRA AF, et al. Saúde mental das mulheres em situação de privação de liberdade: uma revisão integrativa. *Revista Foco*, 2023; 16(11): e3362.

GUERRERO AVP, et al. Estado, políticas públicas e saúde no sistema penitenciário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2022; 27(12): 4338.

HIDAYATI NO, et al. A scoping review of correctional-based interventions for women prisoners with mental health problems. *Social Sciences*, 2023; 12(8): 452.

KALED M. Ideação e comportamentos suicidas em homens privados de liberdade em uma unidade prisional do Estado do Paraná. 2024.

LAURINDO CR, et al. Prevalência e fatores associados a sintomas ansiosos e depressivos em mulheres privadas de liberdade em Juiz de Fora-MG, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2022; 27: 4493-4509.

LIMA LGA, et al. Saúde e sistema carcerário sob a ótica dos profissionais da atenção básica prisional: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 2024; 13(8): e8513846602.

MAREGA G, et al. O uso de psicofármacos no sistema prisional: um trabalho de revisão. *Brazilian Journal of Development*, 2020; 6(10): 79888-79905.

MARIA MLS, COSTA RF. Ansiedade e depressão em detentos. *Unifunec Ciências da Saúde e Biológicas*, 2020; 3(6): 1-11.

MELGAÇO AM, TORRES RH. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP): uma análise do seu processo de implementação no contexto atual do sistema prisional paranaense. *Revista Legislativa Paranaense*, 2020; (4): 133-150.

MELO HO. A associação de proteção e assistência aos condenados (APAC): uma revisão de literatura narrativa. *Revista Contemporânea*, 2025; 5(2): e7549.

OLIVEIRA PA, MARTIN MAF. Relato de experiência: psicodrama, educação e cárcere-encruzilhadas emergentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2024; 24: e83530.

OLIVEIRA RS, et al. Condições de saúde de detentos em um presídio da região meio oeste catarinense. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 2022; 10(1): 85-95.

PETERS MD, et al. Best practice guidance and reporting items for the development of scoping review protocols. *JBIM Evidence Synthesis*, 2022; 20(4): 953-968.

PINTO FM, et al. Práticas “psi” e cárcere: recolhendo efeitos de uma intervenção na prisão. *Mnemosine*, 2017; 13(1).

QUEIROZ CCDFS. Acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2023; 9(8): 1019-1029.

RANUZI C, et al. Pensamento suicida, depressão e religiosidade em uma população privada de liberdade. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2020; 28: e3368.

ROMANINI M, et al. Saúde mental, direitos humanos e sistema penal: reinventando a extensão em tempos pandêmicos desmedidos. *Saúde e Sociedade*, 2021; 31: e210391.

SAMPAIO MCGT, et al. Encarceramento e maternidade: sobre a separação e suas consequências em saúde mental para as mães. *Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde*, 2020; 2(2): 111-117.

SANTOS BF, et al. Depressão por detrás das grades: um possível sintoma em apenados. *Psicologia: Informação*, 2015; 19(19): 63-82.

SANTOS LS, et al. Avaliação da terapia comunitária integrativa com pessoas privadas de liberdade em uma unidade prisional de Minas Gerais. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2023; 16(11): 27571-27590.

SANTOS M, et al. COVID-19 nas prisões: efeitos da pandemia sobre a saúde mental de mulheres privadas de liberdade. *Revista Baiana de Enfermagem*, 2020; 34: e38235.

SANTOS MMD, et al. Fatores associados à depressão em homens e mulheres presos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2019; 22: e190051.

SANTOS MVD, et al. Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. *Texto & Contexto Enfermagem*, 2017; 26: e5980015.

SANTOS TQC, et al. Desesperança em mulheres privadas de liberdade e sua correlação com sintomas de depressão e ansiedade. *Enfermería Global*, 2023; 22(2): 23-63.

SCHULTZ ÁLV, et al. Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional: interface entre saúde mental, serviços sociais e vulnerabilidade. *Textos & Contextos*, 2020; 19(2): e36887.

SILVA AC, ALVARENGA EC. Saúde mental de mulheres trans em situação carcerária no estado do Pará. *Saúde em Redes*, 2024; 10(2): 4394.

SILVA LVC, et al. Práticas de cuidado em saúde mental com população privada de liberdade: revisão de escopo. *Saúde Coletiva (Barueri)*, 2021; 11(69): 8236-8247.

TEIXEIRA BM, et al. Considerações sobre a saúde mental de mulheres encarceradas. *Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades*, 2024; 11(1): 122-138.

TEIXEIRA EH, et al. Fatores que influenciam no nível de qualidade de vida medida pela escala WHOQOL-BREF e tendência suicida em uma cadeia feminina do estado de São Paulo, Brasil. *Debates em Psiquiatria*, 2021; 11: 1-23.

TRICCO AC, et al. Extensão PRISMA para revisões de escopo (PRISMA-ScR): lista de verificação e explicação. *Annals of Internal Medicine*, 2018; 169(7): 467-473.

ZATERA A, et al. A política de atenção integral à saúde às pessoas privadas de liberdade no sistema prisional (PNAISP) e às relações com a saúde mental em tempos de pandemia. *Iniciação Científica Cesumar*, 2021; 23(2): 185-199.